



O jornalismo na construção do debate público¹

Karen Terossi², Murilo César Soares³

Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (UNESP – Bauru)

Resumo

Esta pesquisa visa discutir o potencial do jornalismo de colaborar com a construção democrática, a partir do conceito de esfera pública proposto por Jürgen Habermas. Segundo a concepção deliberativa de democracia, a soberania popular está fortemente vinculada à formação de uma opinião pública crítica que pressione os poderes instituídos. Os formatos e os conteúdos no jornalismo oferecem subsídios e/ou constituem um espaço diferenciado para o debate público. Partindo desse pressuposto, a pesquisa analisa o enquadramento das ações de movimentos sociais rurais em dois jornais impressos. O objetivo é apontar pontos positivos e deficiências na cobertura jornalística sobre movimentos sociais, discutindo suas possíveis contribuições à formação de uma opinião pública política consistente e ativa.

Palavras-chave: debate público; democracia; jornalismo; movimentos sociais

Introdução

A noção de esfera pública nos moldes estudados atualmente começou a se delinear na construção das revoluções burguesas, em que a opinião pública passou a pressionar o poder político. Tanto na Inglaterra quanto na França, a imprensa teve importante papel na organização das pessoas em público para pensar e atuar politicamente colocando em xeque os direitos feudais. As ideias iluministas sobre a democracia e o liberalismo ganharam força dentro de uma esfera pública fortemente influenciada pela atuação dos jornais de oposição, partidários e folhetins.

A partir de então, a concepção de democracia em que a opinião pública legitima as decisões políticas, a chamada democracia deliberativa, passou a ter grande peso sobre a organização política. A esfera das pessoas privadas reunidas em público para debater assuntos políticos é um modelo normativo, que dá algumas direções à prática política, ainda muito distante deste ideal.

Quando se observa a complexidade das sociedades democráticas, percebe-se que um debate público é impossível sem formas de mediação. Uma vez que a mídia permite

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática de Comunicação, Espaço e Cidadania do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste em maio de 2009, no Rio de Janeiro.

² Aluna de graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP e bolsista PIBIC – CNPq. E-mail: karenterossi@gmail.com

³ Professor livre-docente dos cursos de graduação e de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP. E-mail: murilo@faac.unesp.br



a comunicação independentemente de copresença física dos indivíduos, ela torna-se um importante instrumento no interior da prática democrática.

Apesar de alguns teóricos como Habermas, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, considerarem os meios de comunicação de massa elementos-chave na degradação da esfera pública política, os formatos e os conteúdos no jornalismo permitem a construção de um espaço de debates.

O jornalismo, ao selecionar conteúdos, tanto de cunho argumentativo quanto informativo, acaba participando na estruturação da esfera pública, influenciando a construção da opinião pública. Neste caso, é este potencial do jornalismo de colaborar com a construção democrática que esta pesquisa visa entender, primeiramente por meio de uma revisão bibliográfica baseada principalmente em Habermas e, em seguida, através de uma análise empírica do jornalismo.

A noção de esfera pública

De modo geral, as teorias políticas caracterizam a democracia como o regime da soberania das leis e da participação política. Habermas e outros teóricos da denominada democracia deliberativa acentuam a importância da esfera pública no projeto democrático.

Para analisar a esfera pública, Habermas sugere uma leitura do período de ascensão da burguesia europeia, dentro de uma ordem política em que ela não detinha o poder. Foi nessa conjuntura que a esfera pública começou a se configurar como um mecanismo de defesa da burguesia em relação à autoridade estatal. A conscientização deste público decorre da publicação de certas informações econômicas e políticas importantes para a burguesia, que antes não passavam de um caráter epistolar. Até então, a esfera pública se debruçava sobre assuntos literários e, portanto, não tinha configuração política. Aos poucos, a esfera pública pré-revolucionária organizada nos *coffee houses* e *salons*, começou a colocar em xeque os direitos feudais.

Com as revoluções burguesas, o Parlamento na Inglaterra, por exemplo, se apresentava como um órgão em que a opinião pública possuía forte influência (apesar de não ter predomínio sobre suas decisões) e, portanto, a esfera pública tinha cada vez mais caráter de instituição da sociedade civil com determinado poder político. E se o Parlamento tinha vozes liberais, a superação da censura foi o primeiro passo para que o desenvolvimento da esfera pública levasse os debates políticos à imprensa.



Também em razão da transformação dos jornais impressos em mercadorias é que a imprensa ganhou força devido ao aumento da tiragem e à periodicidade. No início do século XVIII, surgiram os primeiros jornais autônomos, que faziam oposição ao governo inglês. Além de informações, o público recebia, através destes jornais, artigos, resenhas que acabavam por ajudar na formação da chamada opinião pública, que julga e pressiona o poder público. O público é visto, então, como capaz de formar opiniões fundamentadas e de valor argumentativo, não mais tratadas como “senso comum” ou “popular”. Nesse sentido, Habermas (1984, p. 78) afirma que a “imprensa se estabelece como órgão crítico de um público que pensa política: como quarto estado”.

É nesse contexto que aparece a ideia de que toda dominação e autoridade não são legítimas se não se submeterem à esfera da argumentação das pessoas privadas reunidas em um público. A relevância da argumentação na esfera pública para a tomada das decisões políticas é o alicerce da concepção deliberativa da democracia, da qual Habermas é o principal expoente teórico.

Habermas (1997, v.I, p.191) justifica a importância do discurso porque tem o “sentido cognitivo de filtrar contribuições e temas, argumentos e informações” e o sentido prático de produzir entendimentos sem o uso da violência. Nesse sentido, fica pressuposto que as discussões públicas se orientam para o consenso formado a partir de argumentos racionais, o que representa evidentemente um modelo ideal, não uma constatação do real.

O parâmetro da racionalidade, dentro da busca do consenso, implica uma expectativa de que os participantes sejam críticos em relação às suas próprias preferências. Frente a melhores argumentos, devem ter maioria racional para superarem suas ideias prévias. Por isso, Habermas (1984, p. 52) diz que uma das condições do debate na esfera pública é a “problematização de setores que até então não eram considerados questionáveis”.

Admitindo, pois, que qualquer assunto possa ser discutido, a esta esfera pública é imprescindível que seja possível também a introdução de qualquer argumento, ou seja, “as questões discutíveis tornam-se ‘gerais’ não só no sentido de sua relevância, mas também de sua acessibilidade: todos devem *poder* participar”. (idem, p.53, *italico no original*)

O critério da razão é importante para questionar a realidade dos debates públicos em que as condições dos participantes são muito diferentes entre si. Miguel (2000) critica o modelo habermasiano porque, na realidade, indivíduos em posições diferentes



na sociedade, têm diferentes graus de eficácia discursiva e nem sempre são preparados para a reflexão sobre assuntos de interesse coletivo. Outro problema apontado é que a necessidade da razão exige determinado comportamento ético dos participantes diante da discussão de seus interesses, o que constitui um equilíbrio frágil. Há de se levar em conta o uso de mentiras, as chantagens e a insistência nos pontos de vista prévios. Além disso, para Miguel, a obtenção do consenso é uma ilusão racionalista porque em uma discussão são valores irredutíveis uns aos outros que se chocam.

Conforme já foi dito, tendo em vista que o modelo de Habermas é um ideal, a partir das críticas, Maia (2006, p. 6) considera essencial para a construção do debate público “neutralizar o potencial de opressão e assimetrias de poder; estimular o interesse, o grau de informação e o engajamento dos cidadãos e dos representantes em debates públicos”.

Múltiplas esferas

Em *Direito e Democracia*, Habermas deixa claro que a esfera pública não se restringe à noção de indivíduos em uma situação de fala face-a-face. Na sociedade contemporânea, composta por diversos grupos sociais com interesses diferentes e até mesmo antagônicos, se formam várias esferas de discussão que se sobrepõem umas as outras.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 1997, v.II, p.107)

A ideia de que a esfera pública seria uma única arena, totalizante, em que um grande público discute todos os temas não cabe, pois, uma sociedade complexa como a atual. Pode-se dizer, com base nisso, que uma sociedade é mais democrática à medida que as instâncias deliberativas mais gerais tomarem a forma de esfera pública, como concorda o Gomes, também da linha teórica habermasiana

Nesse sentido, é importante que não só a instância deliberativa mais geral – o Parlamento – funcione como esfera pública, mas quanto mais as micro-redes de decisão no interior do tecido social funcionarem como esfera pública, mais democrática será esta sociedade, mais enraizada será a cultura democrática na alma dos indivíduos. (GOMES, 1998b, p.5)



Esfera pública midiática

Diante da complexidade e extensão dessa rede que constitui a esfera pública, a mídia constitui um instrumento importante de articulação dessas microrredes. Os discursos e acontecimentos podem ser tornados públicos através da mídia por ela oferecer suporte técnico e materialidade, ou seja, a comunicação independe de uma situação de copresença dos indivíduos.

Na sociedade contemporânea não há espaço de exposição, de exibição, de visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, de discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema dos *mass media*. (GOMES, 1998b, p.1)

Segundo Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, a dinâmica da imprensa (remetendo-se à época das revoluções) estimularia os cidadãos a procurarem a verdade e dizê-la ao poder, na forma de pressão política. Sendo uma importante instituição para divulgação de ideias, a imprensa teria uma função constitutiva relevante da esfera pública.

Para o autor, entretanto, com o surgimento dos meios de comunicação de massa, possíveis discussões da esfera pública são absorvidas por eles e esvaziadas de seu sentido político. A lógica destes meios de transformar informação e opinião em mercadoria tem influência sobre a qualidade de seu conteúdo, que passa a se pautar pelas possibilidades de venda.

Não mais apenas a difusão e escolha, a apresentação e a embalagem das obras – mas a própria criação delas enquanto tais – se orienta, nos setores amplos da cultura dos consumidores, conforme pontos de vista da estratégia de vendas no mercado. (HABERMAS, 1984, p. 195)

Assim, apesar de o mercado permitir a um público mais amplo o acesso aos bens culturais, seus conteúdos são adaptados às necessidades de venda. Neste sentido, notícias sobre corrupção, acidentes, desastres, esportes, recreação, eventos sociais, notas cômicas são constantes nos meios de comunicação em detrimento de informações político-sociais, econômicas, sobre saúde e educação.

Já a TV e o rádio fazem desaparecer a distância entre emissor e receptor que seria necessária para a troca de ideias na esfera pública. Desta forma, ao mesmo tempo



em que cativam, inibem as reações do receptor. Estes elementos da mídia atual colaboram para uma espetacularização dos fatos e, conseqüentemente, para a sua deturpação. Seguindo esta lógica a política levada aos meios de comunicação é transformada em uma “política espetacular, organizada segundo princípios de sedução, escassamente argumentativa, teatral” (GOMES, 1998b, p.2).

Para Gomes (1998b), entretanto a limitação de Habermas em Mudança Estrutural da Esfera Pública está em subestimar o potencial de argumentação da cena política midiática. Segundo o autor, a capacidade dos meios de comunicação de massa ultrapassa a representação e pode produzir a opinião pública e, portanto, pode se constituir um possível aliado da deliberação democrática.

O juízo genérico sobre a existência de uma esfera aparentemente pública, mas desprovida de função produtiva da opinião pública, por conseguinte um simulacro da esfera pública, talvez se tenha orientado por uma visão demasiadamente conspiratória dos *mass media* no sistema social. (GOMES, 1998b, p.4)

Um bom indício deste potencial, é que na própria esfera pública midiática se desdobram debates, como resultado das controvérsias e polêmicas formadas pelos diferentes fluxos comunicativos.

Ao criar amplos “espaços de visibilidade”, a mídia permite o entrecruzamento de informações derivadas do próprio cerne do governo e de subsistemas funcionais, bem como de especialistas e de atores vindos da sociedade civil. (MAIA, 2002, p. 10)

Neste caso, são os agentes da mídia responsáveis por promover este debate, uma vez que são eles que organizam os diferentes discursos veiculados, processando e selecionando informações e opiniões.

Pensando no contexto de sociedades plurais, o potencial da imprensa de criar um fórum para o debate cívico é explorado dando-se visibilidade midiática aos vários grupos que constituem a sociedade civil.

Nisso concordam até mesmo críticos da concepção deliberativa de democracia, como Miguel (2004, p. 130): “o que caracteriza a informação adequada para uma sociedade democrática é, acima de tudo, seu caráter plural”. No entanto, apesar dos meios de comunicação veicularem diversas representações do mundo, ele “reproduzem



mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia” (MIGUEL, 2002, p. 163).

É evidente que, em uma sociedade complexa, em que inevitavelmente há conflitos, não se pode imaginar meios de comunicação imparciais no campo político.

Diversas relações de interesse se estabelecem entre os atores políticos e os agentes da mídia, os quais possuem recursos diversos para filtrar, fazer cortes e edições, seja para criar um enquadramento para os eventos, seja para favorecer deliberadamente determinados atores. (MAIA 2003, p. 9)

Nestes casos de influência externa sobre os conteúdos veiculados na mídia, até mesmo a função de vigilância sobre os poderes pode ser comprometida.

Os meios de comunicação devem situar-se como mandatários de um público esclarecido, capaz de aprender e criticar; devem preservar sua independência frente a atores políticos e sociais, imitando nisso a justiça; devem aceitar imparcialmente as preocupações e sugestões do público, obrigando o processo político a se legitimar à luz destes temas. (HABERMAS, 1997, v.II, p. 112)

Os monopólios econômicos sobre os meios de comunicação, que precarizam a competição entre os veículos, somado ao jogo do poder com a “visibilidade midiática”, acabam prejudicando perspectivas políticas alternativas.

Sob forte pressão dos anunciantes e de profissionais da mídia ligados a representantes políticos, e até mesmo pelos constrangimentos da rotina de produção jornalística, a preferência da cobertura política é pelo centro do sistema político. (MAIA 2003, p. 12). A rotina da cobertura jornalística está fortemente atrelada às informações oficiais e ao jogo político nas instâncias formais.

Por outro lado, os cidadãos dispersos na sociedade civil não têm a mesma facilidade de acesso aos canais da mídia. Um espaço em que o público costuma ser inserido são as manifestações com expressões dispersas e sem profundidade sobre determinado assunto de uma matéria. Nestes casos, o público aparece como massa, que tem “uma opinião em perspectiva pouco qualificada, de baixa sofisticação política de um todos-juntos-indiferenciado” (idem, p. 13). São pessoas que, apanhadas de surpresa, não têm informação suficiente, nem certas capacidades comunicativa ou política para fazer a interlocução com outros atores da cena midiática.



Já quando se refere a movimentos sociais ou associações voluntárias, a sua relação com a visibilidade midiática é diferente. A literatura que trata dos movimentos sociais evidencia que as associações na sociedade civil, ao promoverem um tratamento crítico dos problemas sociais, acabam “estabelecendo uma importante relação entre participação e argumentação pública” (idem, p. 2).

Estes grupos procuram mudar as interpretações dominantes sobre os problemas sociais para articular projetos políticos alternativos. E, inseridos nestes movimentos, os cidadãos conseguem desenvolver melhor suas habilidades argumentativas, ficando capacitados a transformarem suas demandas em discursos politizados.

Associar-se em torno de uma causa comum ou de problemas afetando diretamente a própria vida desperta o desejo e a vontade de aprender, faz aguçar a atenção para informações relacionadas a tal matéria, seja através da vivência prática e de discussões informais, seja através de publicações especializadas e de matéria divulgado pela mídia. (ibidem, p.14)

Desta forma, os cidadãos organizados buscam visibilidade por meio de demonstrações públicas. Para a mídia, eles precisam “produzir” notícias: demonstrações públicas como passeatas e manifestações, por exemplo, são uma forma de movimentos da sociedade civil causarem surpresa e, assim, conseguirem espaço na mídia.

A partir desta visibilidade que adquirem podem introduzir seus temas na esfera pública. O problema é que parte considerável dos meios de comunicação trata as demonstrações destes movimentos como mero espetáculo, desprezando seu caráter e conteúdo político. Isso não deixa, contudo, de ser uma via para direcionar a atenção pública para tais temas.

Esfera pública e atores da sociedade civil

Uma vez na esfera da visibilidade midiática, os discursos dos movimentos sociais podem chamar a atenção da opinião pública quando colocam em xeque pontos de vista hegemônicos e mesmo quando mostram perspectivas alternativas.

A partir de argumentos que demonstrem problemas e mesmo ilegitimidade no centro do poder político, pode-se confrontar com novas interpretações da realidade e, assim, contribuir para a construção de uma esfera pública. Chamados a justificar-se, os representantes políticos dão continuidade à troca de argumentos na esfera pública midiática.



A longo prazo, as visões de grupos críticos na mídia podem contribuir para a deliberação pública, já que seus discursos buscam conscientizar a sociedade sobre seus problemas, com a finalidade de modificar a realidade, com a ajuda da opinião pública.

No debate, os temas introduzidos podem despertar polêmicas entre especialistas desencadeando “controvérsias polarizadoras” (HABERMAS, 1997, v.II, p.83) e se estender a outros atores da sociedade civil. Não se pode restringir a participação neste debate público a “falas competentes”, uma vez que as possíveis decisões políticas tomadas por pressão da opinião pública atingem toda a sociedade.

A inclusão da perspectiva dos atores da sociedade civil no debate público, ampliando a definição dos problemas sociais, demanda um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva. (idem, p.18)

Se os meios de comunicação possuem essa possibilidade de confrontar opiniões políticas, a visibilidade midiática tem grande potencial para criar uma esfera pública ativa que, como já foi dito, aperfeiçoa as justificações e a tomada de decisões políticas.

Este potencial midiático, utilizado desta forma crítica e pluralista é importante, portanto, para a participação política mais efetiva dos cidadãos e, por conseguinte, para o aperfeiçoamento da democracia.

Análise

Diante dessa discussão teórica, é necessário verificar, na prática, como a cobertura jornalística sobre essas questões coletivas controversas têm sido feita. A partir dessa análise, podemos apontar alguns aspectos que contribuem ou não para a construção do debate público sobre tais questões.

Para isso, consideramos uma amostra dos jornais O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, referentes ao mês de março de 2008. As matérias analisadas são todas de cunho informativo e tratam diretamente de movimentos sociais no campo.

Durante a leitura das matérias, verificou-se, de imediato, grande quantidade de detalhes na descrição das ações concretas dos movimentos e, por esta impressão, decidiu-se observar todas as palavras em que os movimentos sociais eram sujeitos ativos dela. Também foram comparadas, em termos quantitativos, tais ações com os argumentos e reivindicações dos movimentos.

As palavras que indicam ação foram, então, separadas em ações “concretas” (“ocupar”, “sair”, “destruir”, por exemplo) e expressões que introduziam argumentos (como “reivindicar”, “exigir”, “protestar”). No total, as ações “concretas” representam 83,8% das expressões sobre ações em geral coletadas na Folha e 86,7% no Estado, somando 333 ocorrências na Folha e 346 no Estado.

A análise permitiu entender como as matérias são construídas de modo a priorizar os detalhes das ações concretas, em detrimento de explicações mais aprofundadas das questões sociais que envolvem.

A diferença notada entre os dois jornais é que, por um lado, o Estado usa expressões mais variadas para noticiar os movimentos sociais, enquanto a Folha insiste em determinadas expressões, inclusive expressões de criminalização, como no caso de “invasão”, e “depredar”.

Observando-se as expressões coletadas, a maioria das atividades relatadas dos movimentos sociais expressa um fato pontual. Pelo fato de se tratar de dois jornais diários, as ações descritas nas notícias preenchem principalmente o critério da atualidade e, por isso, as notícias acabam sendo construídas em cima dessas ações.

As ações bastante detalhadas e geralmente colocadas em ordem cronológica fizeram os textos se aproximarem da narrativa, principalmente no Estado. Nas matérias analisadas, as seqüências de ações narradas com detalhes, não tão importantes para o entendimento do fato, transformam a notícia em uma história.

Esta tendência de homogeneização de conteúdos informativos e ficcionais foi observada por Morin (1981), ao tratar dos meios de comunicação de massa. Seguindo essa lógica, os fatos reais são narrados com elementos da narrativa, da estrutura ficcional. As teorias que tratam da imbricação da narrativa nos discursos explicam que narrar é um meio de prender a atenção do público, de seduzi-lo.

Tal como pontuou Habermas, os meios de comunicação de massa fazem uso da publicidade de modo manipulativo, isto é, tornam algo público de forma a cativar o indivíduo. Chama-se a atenção do público não pelo conteúdo, em sua relevância coletiva, mas sim pela estrutura discursiva que atinge o psíquico (individual).

Complementando o que foi dito anteriormente, não só notícias sobre corrupção, acidentes, desastres, esportes, recreação, eventos sociais, notas cômicas são constantes nos meios de comunicação, como também as notícias sobre questões políticas e sociais (neste caso sobre um problema crônico) são tratados, na maioria das vezes, como eventos meramente factuais, descontextualizados.



Determinadas matérias contêm algumas referências a outras mobilizações e, no entanto, estas informações são sobre outros fatos pontuais. Ocorre uma fragmentação do contexto de mobilizações que esvazia seu sentido coletivo e político. Soma-se a essa fragmentação, o fato de que é rara a busca pela contextualização das questões polemizadas pelos movimentos.

Outra característica notada nas reportagens é que, muitas vezes, os fatos são narrados com expressões que apresentam um caráter espetacular. Depois de fornecer vários detalhes, as ações são reduzidas a expressões como “depredação” ou “destruição”, que criminalizam o sentido das manifestações.

Sobre as ações, observamos que em sua grande maioria, principalmente no Estado de São Paulo, as informações são baseadas somente em fluxos comunicativos e que não houve preocupação com uma melhor apuração dos fatos.

Tratando-se, então, destas ações concretas, pudemos notar que ambos os veículos de comunicação conferem aos movimentos sociais um sentido de criminalização. Mesmo sem contar as expressões diretamente relacionadas à Polícia ou ao Poder Judiciário, o recorrente uso de expressões como “invasão”, por exemplo, implicam um sentido negativo às ações dos movimentos sociais. Talvez este sentido negativo possa estar relacionado ao fato de que a informação provenha de fontes que se posicionem de modo contrário aos movimentos sociais.

E esta visão negativa dos movimentos pode ter concorrido para que as ações pontuais tenham ganhado mais atenção nas matérias do que as suas motivações ideológicas ou práticas.

Neste sentido, Maia (2003) lembra que os diversos atores da sociedade civil não têm o mesmo espaço de visibilidade midiática que o centro do sistema político. Isso fica evidente no fato de que as primeiras páginas dedicadas à política nos jornais são sobre ações do governo, sobre representantes políticos, corrupção.

As matérias e notas que tratam dos movimentos sociais no campo estão, geralmente, nas últimas páginas da seção de política e só são notícias quando promovem algum tipo de agitação. Isso porque os movimentos sociais precisam produzir fatos noticiosos, ou seja, provocar surpresa por meio de uma agitação ou mudança concreta de alguma situação, para que ganhem visibilidade midiática.

Por isso, as ocupações e manifestações públicas ganham algum espaço nos jornais o que, no entanto, não é suficiente para dizer que se produza um espaço mais igual entre os atores sociais na esfera pública.



Retomando Habermas, para que se gere debate público, a publicidade deve operar com regras que possibilitem a argumentação. Simplesmente relatar fatos descontextualizados não promove o debate público. O debate se constrói com argumentos racionais, enquanto as falas dos sujeitos atingidos pelas manifestações são veiculadas nos dois jornais, sem vinculação com as polêmicas sociais trazidas à tona. Isso representa um vazio político-ideológico dos fluxos comunicativos, que impossibilita o debate público.

Como foi visto, as reivindicações destes grupos sociais, salvo algumas exceções, são apenas mencionadas nos textos. São explicações extremamente sucintas sobre o motivo do ato, sem qualquer aprofundamento nos assuntos que polemizam, nem desdobramentos das questões, que não ficaram muito claras. Muitas vezes, não há sequer apuração de acusações que os movimentos fazem, como se elas fossem irrelevantes. Ainda conforme analisado, o contexto de situações que levaram a determinados atos dos movimentos são deixados em segundo plano.

O debate público, que poderia se constituir, fica limitado à troca de acusações sobre aspectos das ações pontuais dos movimentos, sem que se abra espaço para a exposição de questões políticas e sociais que envolvem.

Considerações finais

O conflito social é inerente a sociedades complexas e é o poder público que deve buscar resolvê-los de forma isenta em uma sociedade democrática. Para que se chegue a soluções para estes conflitos, levando em conta o princípio da soberania popular, segundo a perspectiva de democracia deliberativa, é necessário que as questões sejam tornadas públicas. A visibilidade midiática é, portanto, o primeiro aspecto a ser observado na construção do debate público por meio do jornalismo.

As associações civis, ao questionarem criticamente os problemas sociais, estabelecem uma relação importante entre participação política e argumentação pública e pode, assim, contribuir para o aperfeiçoamento democrático. Estes grupos agem para modificar determinado modo de interpretar os problemas sociais e procuram articular projetos de políticas públicas alternativos, pressionando aqueles que detêm o poder.

Diferente dos atores isolados, os movimentos sociais são os chamados atores coletivos, que desenvolvem determinadas competências e habilidades para superar as desigualdades deliberativas e enriquecer um possível debate público sobre as questões que trazem a público.



Os movimentos sociais no campo ganharam visibilidade nos dois jornais analisados ao provocarem uma agitação, mas não necessariamente tiveram suas demandas expostas ou seus argumentos suficientemente explicados.

Maia (2003) acredita, entretanto, que mesmo quando os enquadramentos midiáticos traduzem as ações dos movimentos sociais em mero espetáculo, a longo prazo eles conseguem introduzir seus argumentos no cenário midiático e mobilizar a opinião pública em torno de suas questões.

Entretanto, fica difícil pensar que o debate público possa se constituir quando são observados tantos problemas na estruturação das matérias jornalísticas, que dificultam a troca argumentativa.

Em primeiro lugar, porque, como já dito, os movimentos ganham visibilidade pelas suas ações pontuais e é em torno delas que os textos são construídos, deixando os argumentos e reivindicações em segundo plano.

Em segundo lugar, porque na narração destes atos, na maioria dos casos, eles recebem um sentido de criminalização, o que acaba deslegitimando as lutas destes movimentos. Sem legitimidade, esses movimentos acabam sendo percebidos com indiferença ou repúdio pela sociedade.

Em terceiro lugar, porque os discursos dos movimentos são também deslegitimados por informações contrapostas e não devidamente apuradas. Já no caso de informações dos “antagonistas”, isso não ocorre: seus discursos são tomados como verdades e mesmo os assuntos de que tratam não têm relação com as polêmicas levantadas.

Por fim, não se procura expor as respostas do poder público às reivindicações destes movimentos, relativizando o peso político destes grupos sociais. O que transparece nos enquadramentos jornalísticos é certa “indiferença” com relação a suas reivindicações.

No sentido da pluralidade, as diferenças entre os dois jornais existem no sentido de tratarem com expressões variadas das ações concretas e reivindicações, mas, em essência, estruturam as reportagens de modo a mostrar superficialmente as polêmicas e questões sociais envolvidas.

Neste sentido, mesmo com a possibilidade do debate público ser equilibrado, no que diz respeito à articulação racional dos argumentos por todas as partes envolvidas no conflito social (por se tratarem de atores coletivos), nos jornais não se verificou qualquer regularidade de exposição de argumentos ou reivindicações dos movimentos.



Da mesma forma, as possíveis respostas do poder público às reivindicações não aparecem nas matérias, esvaziando o sentido político das manifestações.

O papel dos dois jornais ao tratarem dos movimentos sociais no campo foi apresentar fatos e mencionar brevemente reivindicações, reduzindo a relevância pública dos temas que poderiam ser debatidos na esfera pública, uma vez que não trazem informações mais aprofundadas.

Na mídia, somente com uma exploração menos superficial dos discursos argumentativos dos movimentos sociais é que pode se iniciar um debate na esfera pública para tratar de suas questões. Da mesma forma, o poder público deve ser provocado a responder a estes movimentos. Na construção do debate público, sociedade e governos devem ser chamados à esfera pública para argumentar, contra-argumentar ou mesmo se justificar, respeitando assim o princípio da acessibilidade à esfera pública midiática e, por consequência, da inclusividade de temas relevantes para a coletividade.

E lembrando ainda do modelo ideal de Habermas, sobre a racionalidade dos argumentos inseridos na esfera pública, o jornalismo deve estar atento para não transformar os fluxos comunicativos em mero espetáculo narrativo. Ao contrário disso, em seu trabalho de processar e editar estes fluxos, deve transmitir ao seu público, uma discussão coerente e racional para a efetiva construção do debate público.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **O futuro da democracia**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia** – o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

GOMES, Wilson. **Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas**. In: RUBIM, Antônio (Org.). *Produção e Recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____. **Esfera pública política e media II**. Trabalho apresentado no VII Encontro Anual da Compôs, São Paulo, 1998b. 20 p.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categorias da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.



_____. **Direito e democracia – entre facticidade e validade**, v. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Political Communication in Media Society – does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research.** In: *Communication Theory*, v.16, pp. 411-426, 2006.

MAIA, Rousiley Celi. **Mídia e deliberação pública: mediações possíveis.** Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Compós, Rio de Janeiro, 2002. 16 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2002.pdf>>. Acesso em: 27 de março de 2008.

_____. **Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública.** Comunicação apresentada no XII Encontro da Compós, Porto Alegre, 2003. 22 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley.pdf>>. Acesso em: 27 de março de 2008.

_____. **Política deliberativa e tipologia de esfera pública.** Trabalho apresentado no XV Encontro da Compós, Bauru, 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf>. Acesso em: 27 de março de 2008.

MIGUEL, Luís Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **BIB**, Rio de Janeiro, v. 49, p.51-77, 2000.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, v.56, p.155-184, 2002.

_____. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v.22, n°. 3, p.129-147, 2004.

_____. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB**, São Paulo, v. 59, p. 5-42, 2005.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX-neurose.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

RIBEIRO, Renato Janine. **A república.** São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. **A democracia.** 2ª ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

ROSENFELD, Denis. **O que é democracia.** São Paulo: Brasiliense, 1994.